

**ANÁLISE DE DESEMPENHO DE INDICADORES ECONÔMICOS-FINANCEIROS:
ESTUDO DE CASO DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA -
CAGEPA**

Luiz Vito da Costa Júnior
Centro Universitário UNIESP
e-mail: luizvitojr@hotmail.com

Carla Janaina Ferreira Nobre Rêgo
Mestre em Ciências Contábeis (UFPA)
Universidade Federal de Pernambuco
e-mail: carlajanainanobre@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7730-1624>

Ronaldo José Rêgo de Araújo
Doutor em Ciências Contábeis (UFPA)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
e-mail: ronaldocontabilidade@ymail.com

RESUMO

O artigo tem por objetivo realizar, por meio de indicadores, a análise das demonstrações contábeis da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, apresentando o desempenho econômico e financeiro no período de 2015 a 2019. Quanto a metodologia trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e estudo de caso. O estudo identificou que a empresa financeiramente melhorou sua capacidade de pagamento, diminuiu a dependência de capital de terceiros, melhorou seu grau de endividamento, aumentou o investimento em ativos com maior liquidez e economicamente aumentou sua rentabilidade no período analisado, com exceção do ano de 2019. Conclui-se que a Companhia apresentou um crescimento do desempenho econômico-financeiro ao longo do período pesquisado.

PALAVRAS-CHAVES: Demonstrações Contábeis. Desempenho Econômico e Financeiro. Saneamento Básico.

ABSTRACT

The article aims to perform, through indicators, the analysis of the financial statements of the Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, presenting the economic and financial performance in the period from 2015 to 2019. As for the methodology, it is a descriptive research, with quantitative approach and case study. The study identified that the company financially improved its ability to pay, decreased its dependence on third party capital, improved its level of indebtedness, increased investment in assets with greater liquidity and economically increased its profitability in the period analyzed, except for the year 2019. It is concluded that the Company showed an increase in economic and financial performance over the period surveyed.

KEYWORDS: Financial statements. Economic and financial performance. Basic Sanitation.

1 INTRODUÇÃO

No panorama de um mundo de economia globalizada, pode-se dizer que é de suma importância que as empresas possuam um desempenho econômico-financeiro equilibrado e satisfatório. Isto pode vir a proporcionar aos gestores a possibilidade de liquidação das obrigações da entidade e aplicação de recursos em novos investimentos, aos acionistas um retorno do capital investido e para a sociedade a garantia de uma prestação de serviços com maior qualidade e eficiência em empresas prestadoras de serviços. De acordo com Higgins (2014) a análise financeira tem maior relevância no âmbito da empresa.

Os gestores que utilizam dessas ferramentas são capazes de diagnosticar os erros de suas empresas, corrigi-los, podendo antecipar as consequências dos atos praticados por eles.

Uma das formas de se basear para o alcance do objetivo tracejado é por meio da análise de índices de rentabilidade, liquidez e endividamento, para Marion (2019) esses índices são suficientes para uma análise considerável de uma empresa, evidenciando a situação financeira, a estrutura do capital e posição econômica, para cálculos dos índices utilizam-se de informações constantes nas demonstrações contábeis.

Segundo o CPC 00 (R2), as informações financeiras devem ser úteis, relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem retratar. Além disso, se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis a utilidade das informações financeiras tende a ser aumentada, podendo propiciar aos gestores um embasamento para as melhores decisões.

A contabilidade tem um papel fundamental nesse contexto, sendo assim, é através da informação contábil que os usuários internos e externos conhecem a situação econômica e financeira das empresas, avaliando a sua capacidade de pagamentos, endividamentos, novos investimentos e a rentabilidade do capital investido.

De acordo com Ribeiro (2014) os índices de liquidez são utilizados para medir a capacidade de pagamentos em decorrência ou não de segurança financeira que garanta o pagamento de obrigações contraídas com terceiros, os índices de estrutura de capital evidenciam o nível de endividamento da entidade, revelando a proporção que há entre capital próprio e capital de terceiros, já os índices de rentabilidade demonstram a capacidade econômica da entidade, evidenciando o sucesso econômico alcançado pelo capital investido na empresa.

Nesse artigo, pretende-se analisar as demonstrações contábeis da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA, tratando-se de uma empresa em que o seu maior acionista é o Governo do Estado da Paraíba, portanto uma empresa estatal, a Companhia tem obrigação de dar publicidade aos atos da administração como determina a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais).

Visando conhecer a situação econômica e financeira da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, este artigo tem o intuito de responder a seguinte questão: **Qual o desempenho econômico-financeiro da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba no período de 2015 a 2019?** Assim, objetiva-se analisar as demonstrações contábeis da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, evidenciando e mensurando o desempenho econômico e financeiro no período de 2015 a 2019, por meio de indicadores de liquidez, de estrutura e de rentabilidade, calculados com informações retiradas das demonstrações contábeis.

A referida pesquisa se justifica pela importância da análise de indicadores tanto para o meio acadêmico, onde é aplicado as teorias estudadas na academia, auxiliando outras pesquisas futuras, quanto para o diagnóstico da situação econômico-financeira da Companhia, auxiliando



a tomada de decisão dos gestores a curto e longo prazo, tendo em vista que pesquisas dessa natureza estão sempre em evidência, como se observa em Vinhatti (2016), Barros e Macedo (2018), Silva (2016). Assim, no âmbito do estado da Paraíba, também se faz essencial um estudo dessa natureza, retratando os benefícios da análise do desempenho econômico-financeiro.

Para elaboração desse estudo serão abordados no referencial teórico conceitos relacionando: demonstrações e informações contábeis, características da informação contábil, índices de liquidez, rentabilidade e estrutura, pesquisados na literatura contábil brasileira e nas normas que regem a contabilidade no Brasil.

A metodologia refere-se a um estudo de caso na Companhia de Água e Esgotos da Paraíba. Uma abordagem quantitativa, analisando as demonstrações financeiras dos anos de 2015 a 2019. A fonte de informações utilizada nesta pesquisa foi obtida através de coletados na empresa e na plataforma de Transparência da Companhia.

Este artigo está organizado da seguinte forma: introdução, referencial teórico que norteia os assuntos relacionados a contabilidade e as análises das demonstrações financeiras, a metodologia aplicada na referida pesquisa, as análises dos indicadores de liquidez, estrutura e rentabilidade e o diagnóstico da situação econômica e financeira da Companhia, contemplada nas considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Saneamento Básico

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura o direito de acesso ao saneamento básico, sendo regulamentado pela Lei nº. 11.445/2007 que estabelece as diretrizes e políticas nacionais do saneamento básico visando a universalização dos serviços. A divisão do saneamento consiste num conjunto de quatro serviços, a distribuição de água, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana, a drenagem urbana, os manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2020).

No sentido amplo, o saneamento compreende um conjunto de providências que visa a preservação ou modificação das condições ambientais, a fim de promover a prevenção de doenças e a promoção da saúde, conseqüentemente, tende a melhorar a qualidade de vida e a produtividade do indivíduo e da sociedade em geral, facilitando a atividade econômica do país.

De acordo com Conterato et al. (2018) o saneamento é um fator fundamental para um país obter desenvolvimento econômico e social. Os serviços de distribuição de água, coleta e tratamento dos esgotos com sua devida destinação, proporcionam a população uma melhoria na qualidade de vida, principalmente na saúde infantil, influenciando na redução da mortalidade de crianças. O saneamento também interfere positivamente no turismo, imóveis, renda do trabalhador, despoluição de rios e preservação dos recursos hídricos, etc.

Segundo dados do Diagnóstico do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS em Brasil (2019) atualmente os serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário a nível de abrangência regional, são realizados grande parte por sociedades de economia mista, num total de 24, somando-se a essas, existem duas autarquias, uma empresa pública e uma empresa privada. Essas entidades estão presentes em 4.029 cidades o que equivale a 72,3% dos municípios brasileiros com abastecimento de água, atendendo uma população de 129.754.872 pessoas e em 1.403 cidades o que equivale a 25,2% dos municípios brasileiros, atendendo 105.351.765 pessoas com esgotamento sanitário.

Dada a representatividade no setor de saneamento básico, as empresas públicas, em sua maioria constituída como sociedade de economia mista, têm uma relevância expressiva nesse campo de atuação, tendo em vista a quantidade de cidades e populações atendidas por seus serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos, auxiliando no desenvolvimento do econômico e social do país.

Segundo Assaf Neto (2012) empresa de economia mista se classifica como pessoa jurídica de direito privado, podendo ser constituída apenas como sociedade anônima, criada e autorizada mediante lei. Nessa circunstância, o poder público se associa juntamente com o privado, visando a exploração de determinada atividade econômica e prestação de serviço essencial ao país, tendo o capital social dividido entre o poder público (que possuem o controle acionário com direito a voto) e investidores particulares.

Na Paraíba, a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA é responsável pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário na maioria das cidades, uma sociedade de economia mista por ações de capital autorizado, constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.459/1966, alterada pela Lei nº 3.702/1972, o Governo do Estado da Paraíba é o maior acionista da Companhia com 99,98% das ações ordinárias, regida pela Lei nº 6.404/1976 que ordena a atividade das sociedades por ações e suas alterações e Lei nº 13.303/2016, a CAGEPA está presente em 200 dos 223 municípios paraibanos, atendendo uma população urbana de 2.789.463 pessoas com serviço de água e 1.177.816 pessoas com serviço de esgoto.

Tratando-se de uma empresa que está sujeita a Lei nº 6.404/1976, a CAGEPA, deve seguir as normas contábeis vigentes no país, elaborando suas demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social.

2.2. Demonstrações Contábeis

A contabilidade trata-se de um modelo que pretende trazer a representação do que ocorre com a entidade, porém, pode-se definir que modelo é a aproximação da real situação e não retrata a própria realidade. Todavia, sempre mostrará algo de maneira mais simples do que realmente é de fato, e as informações nunca estarão completas, conseqüentemente, não se consegue entender o que está ocorrendo de forma completa (MARTINS, DINIZ, MIRANDA, 2018). Pode-se definir que a contabilidade é um modelo que busca a representação simples da real situação econômico-financeira das empresas.

As demonstrações contábeis relatam informações acerca da realidade econômica e financeira da empresa, ou seja, o que foi gerado por meio da observância das normas da contabilidade em vigência em determinado período. São representações que pretendem demonstrar a realidade, entretanto pode haver limitações. Conforme Martins, Diniz e Miranda (2018) nem todas as informações que os usuários demandam, serão fornecidas pelas demonstrações contábeis.

Segundo Ribeiro (2014) com a finalidade de revelar a vários usuários informações de ordem financeira e econômica, referente à administração patrimonial que ocorreu durante um exercício social, as empresas elaboram com base na escrituração mercantil as demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis são relatórios padronizados cujo objetivo é produzir informações financeiras em relação a empresa que reporta, sendo úteis para investidores, credores atuais ou futuros, na tomada de decisões no que se refere a oferta de recursos da empresa, CPC 00 (R2). Matarazzo (2010) afirma que quando analisadas, as demonstrações contábeis produzem informações para a tomada de decisão. Já Martins, Diniz e Miranda (2018) destacam outro aspecto relevante, das demonstrações contábeis, é que também tem por objetivo



a apresentação dos resultados da atuação dos administradores da entidade, em relação as suas obrigações e responsabilidades na gestão eficiente dos recursos que lhe foram atribuídos.

De acordo com o CPC 00 (R2), as demonstrações contábeis fornecem informações sobre os recursos econômicos da entidade que reporta, reivindicações contra a entidade que reporta e os efeitos de transações e outros eventos e condições que alteram esses recursos e reivindicações. As informações contábeis possuem características qualitativas que são divididas em dois grupos, as fundamentais e as de melhorias.

A informação contábil é crucial na tomada de decisão de seus usuários, de acordo com o CPC 00 (R2) se as informações financeiras precisam ter utilidades, necessitam ter relevância e representação fidedigna do que tem a intenção de representar. A informação relevante é reconhecida por fazer a diferença nas decisões a serem tomadas pelas organizações, tais informações só terão esse diferencial se tiverem valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. Segundo Martins, Diniz e Miranda (2019) para que a informação financeira faça diferença na decisão do usuário, ela tem que ser útil e deverá ser relevante. Além da relevância, a informação necessita ser fidedigna, representando a essência dos fenômenos que pretendem representar, possuindo três características essenciais que são: completa, neutra e livre de erros. Martins, Diniz e Miranda (2019) afirmam que é fundamental que a informação represente de forma fiel o que pretende representar, com componentes que venham proporcionar uma informação completa, neutra e livre de erros.

Entretanto, existem também as características de melhoria, que tem o intuito de aperfeiçoar a informação contábil. De acordo com o CPC 00 (R2) as características de melhoria são divididas em comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

Segundo Martins, Diniz e Miranda (2018) a comparabilidade possibilita a identificação e compreensão de diferenças e similaridades acerca de itens de uma mesma empresa ou empresas diferentes, a comparação não pode ser feita com apenas um item, necessita-se de mais de dois itens. A verificabilidade tem o objetivo de trazer segurança aos usuários que tais informações representam fidedignamente o fenômeno econômico que pretende representar, verificabilidade significa que diferentes usuários da informação contábil, possam chegar a um entendimento, mesmo que não cheguem a um acordo completo.

Ainda conforme os autores anteriormente citados a tempestividade recomenda que as informações estejam disponibilizadas para qualquer usuário a tempo de influenciar na tomada de decisão. Já a compreensibilidade representa a classificação, caracterização e apresentação de forma clara e concisa, tornando-a compreensível ao entendimento dos usuários.

A figura 01 apresenta as características qualitativas fundamentais e de melhoria da informação contábil.

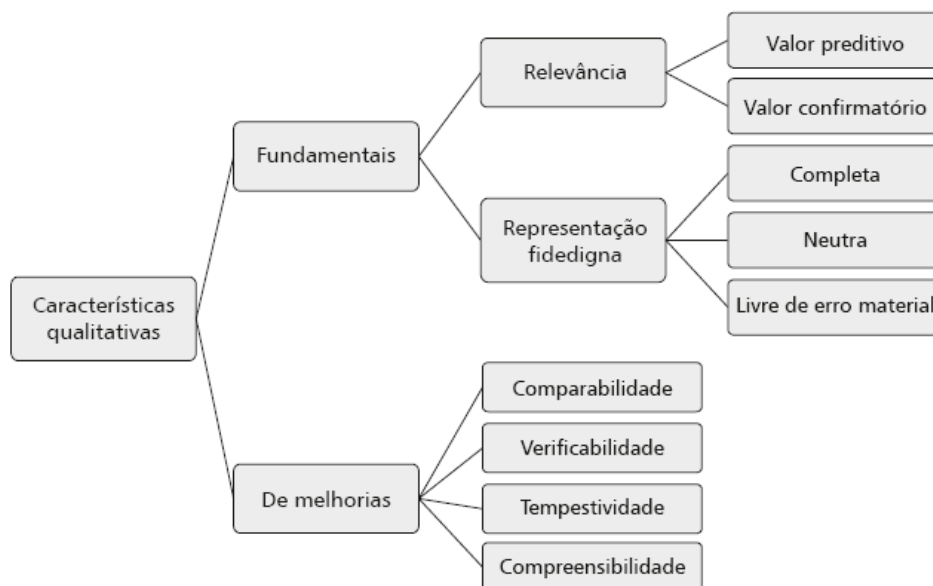


Figura 01: Características qualitativas da informação contábil
Fonte: MARTINS, DINIZ E MIRANDA (2019, p. 12).

Conforme a Lei nº 13.303/2016 as sociedades de economia mista deverão seguir a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre a escrituração e elaboração das demonstrações contábeis. De acordo com esses normativos a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba deverá elaborar os seguintes demonstrativos financeiros: balanço patrimonial, demonstração do resultado do período, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado (se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente) e notas explicativas. Também é obrigada a passar por auditoria independente, por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

De acordo com o CPC 26 (2011) a apresentação das demonstrações contábeis deverá ser apropriada e em conformidade com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil. O CPC 26 (2011) enfatiza que para a apresentação, correta, faz-se necessário representar fidedignamente os efeitos das transações, de outros eventos e condições em conformidade com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, receitas e despesas como determina o CPC 00, devendo as demonstrações contábeis representar adequadamente a situação financeira e econômica, o desempenho e os fluxos de caixa da empresa.

2.3. Indicadores para Análises das Demonstrações Contábeis

Os usuários da contabilidade, além das informações contábeis e financeiras, podem se utilizar de indicadores de desempenho, objetivando aumentar a probabilidade de uma melhor decisão a ser tomada sobre os fatos econômicos revelados. Tais indicadores auxiliam na gestão, pois com eles são calculados o desempenho alcançado pela entidade, demonstrando o avanço em relação a indicadores passados e com isso o gestor traça as metas futuras.

Para Iudícibus (2014) a principal finalidade da utilização dos quocientes para o analista é deduzir tendências e fazer a comparação entre os quocientes com os padrões que foram previamente estabelecidos. Iudícibus (2014) ainda enfatiza que a finalidade da análise, além de



demonstrar o que ocorreu no passado, é fornecer bases para perceber o que poderá ocorrer no futuro.

A análise de desempenho por meio de indicadores poderá ser feita anual, semestral, mensal ou até mesmo em prazos menores, isso depende do objetivo que pretende alcançar, para os gestores é indicado acompanhamento mensal de alguns indicadores a depender de certas circunstâncias apresentadas, possibilitando uma decisão mais rápida e precisa.

Para Matarazzo (2010) índice é a associação de determinada conta ou grupo de contas das demonstrações contábeis, objetivando-se tornar evidente determinada perspectiva da situação econômica ou financeira da entidade.

Os índices de liquidez retratam a situação financeira da entidade diante das obrigações financeiras assumidas, ou seja, revelam a capacidade de pagamento das dívidas contraídas, sinalizando a condição da entidade em relação a sua própria continuidade, tais índices são divididos em liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral. Segundo Assaf Neto (2012) para a evidenciação da conjuntura financeira da entidade diante dos múltiplos compromissos firmados utiliza-se os indicadores de liquidez. Ribeiro (2014) atesta a citação, confirmando que os índices de liquidez tornam evidente o grau de solvência da entidade em consequência da existência ou não de uma situação financeira sólida que assegure o pagamento das obrigações contraídas com terceiros.

Os índices de estrutura ou endividamento demonstram a gestão dos recursos de uma entidade, portanto, se os recursos que a financiam são provenientes dos próprios acionistas ou de terceiros. De acordo com Ribeiro (2014), os quocientes de estrutura evidenciam o nível de endividamento da entidade, em consequência da origem dos capitais investidos no patrimônio.

Todavia, diante do confronto entre o capital próprio e o capital de terceiros, fica evidenciado quem fez o maior aporte de investimento na empresa (os próprios acionistas ou pessoas que não estão ligadas diretamente a empresa). Os índices utilizados nessa análise são participação de capitais de terceiros; composição do endividamento; imobilização do Patrimônio Líquido; imobilização dos recursos não correntes. Martins, Diniz e Miranda (2019) afirmam que os índices de estrutura patrimonial têm a finalidade de tornar evidente a sujeição da empresa em relação aos recursos de terceiros e estabelecer as relações entre as fontes de financiamento próprio e de terceiros.

Os índices de rentabilidade apresentam a capacidade econômica da empresa, demonstrando os aspectos econômicos, evidenciando a rentabilidade do capital investido, Ribeiro (2014) enfatiza que os quocientes de rentabilidade medem a capacidade econômica da entidade, mostrando o nível do sucesso econômico obtido pelo o que foi investido na empresa, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício são a base para extração dos dados a serem calculados. Padoveze e Benedicto (2010) afirmam que a análise dos índices de rentabilidade é a parte de maior importância da análise financeira, objetivando-se a mensuração do retorno do investimento e a identificação dos fatos que levaram a essa rentabilidade.

Os índices de rentabilidade a serem analisados são os seguintes: rentabilidade do ativo, giro do ativo, margem líquida e rentabilidade do patrimônio líquido.

Para os gestores, investidores e credores da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba os resultados obtidos por meio dos índices de liquidez, evidenciam algumas informações, que pode ser de suma relevância para continuidade ou expansão da empresa, algumas das informações reveladas é se a empresa tem lucratividade ou não. Já os índices de endividamento, revelam a necessidade de investimento ou capital de giro, influenciando na tomada de decisão dos administradores e acionistas. Os resultados dos índices de rentabilidade, mostram se tais investimentos são interessantes para o negócio, revelando se o retorno está sendo satisfatório.

2.4 Estudos Anteriores

Alguns acadêmicos estudaram as companhias de água e esgoto de várias regiões do país, cuja maior parte se destinou a análise do desempenho econômico e financeiro dessas entidades. Assim, torna-se essencial que pesquisas com a CAGEPA também sejam feitas, para orientar a gestão e demais usuários da informação a entenderem e analisarem o comportamento desta companhia quanto a seus aspectos financeiros e econômicos.

Vinhatti (2016) aplicou as técnicas de análises das demonstrações contábeis e análises de índices financeiros, comparando os resultados da Companhia Riograndense de Saneamento com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento e a Companhia de Saneamento do Paraná, todas são empresas de economia mista e do ramo de saneamento básico, objetivando a comparação do desempenho econômico-financeiro da Companhia Riograndense de Saneamento com a média das empresas estaduais, da Região Sul do Brasil.

Silva (2016) trouxe como objetivo principal em sua pesquisa o retrato da situação econômica, operacional e financeira da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, nos anos de 2012, 2013 e 2014. O autor através das Demonstrações Financeiras, utilizou várias ferramentas de análise para chegar a real situação da empresa, chegando à conclusão de que a empresa se encontrava em situação favorável tratando do índices de liquidez e endividamento, ao contrário da rentabilidade que foi considerada baixa.

Alves (2016) em seu estudo intitulado "Análise do Desempenho Econômico-Financeiro: Um Estudo de Caso da Companhia De Água e Esgoto do Ceará", buscou evidenciar e mensurar o desempenho econômico-financeiro da Companhia de Água e Esgoto do Ceará, através de técnicas de análises de balanço, análise de capital de giro e análises discriminantes, os resultados apontam que a empresa nos anos analisados apresentou uma evolução nos três primeiros anos e uma queda nos dois últimos anos, apresentando situação de solvência em todos os períodos.

Barros e Macedo (2018) analisaram as demonstrações contábeis da empresa Saneamento de Goiás S.A buscando apresentar o resultado do desempenho econômico-financeiro da empresa nos anos de 2016, 2017 e 2018. Utilizaram como fonte de pesquisa as demonstrações contábeis, os relatórios da administração e da auditoria independente, as normas e legislação específica relativas à empresa e pesquisas históricas e bibliográficas. Os resultados encontrados, segundo o próprio autor, revelaram que a empresa necessitava da manutenção do acréscimo na liquidez e o decréscimo do endividamento, precisava também melhorar os índices econômicos e aumento dos lucros.

Sendo assim procura-se, com este estudo, analisar as demonstrações contábeis da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba, evidenciando e mensurando o desempenho econômico e financeiro no período de 2015 a 2019, por meio de indicadores de liquidez, de estrutura e de rentabilidade.

3 METODOLOGIA

A base para qualquer ciência é a utilização de métodos científicos. Para Marconi e Lakatos (2019) se não houver a aplicação de métodos científicos não existe ciência. De acordo com Pereira (2019, p. 41) "método científico pode ser entendido como percurso para alcançar um fim ou pelo qual se atinge um objetivo, ou seja, é o caminho realizado pelo cientista quando focado na produção de conhecimentos".

Desta forma, a metodologia possibilita os caminhos e alternativas na composição do trabalho que busca por resposta referente a problemática da pesquisa, tal como afirma Silva (2017, p. 123) ao definir que a "Metodologia é uma preocupação instrumental. Trata-se das



formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente."

Portanto, a metodologia tem por objetivo final estudar e descrever os métodos utilizados pelo pesquisador, visando organizar a análise dos dados coletados, retratando assim a solução para o problema de pesquisa.

3.1 Classificação da Pesquisa

Quanto à forma de estudo esta pesquisa adota como caminho um estudo de caso e classifica-se como descritiva objetivando aplicar técnicas de análise por meio de indicadores de desempenho nas demonstrações contábeis da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - ambiente de pesquisa - objetivando evidenciar e mensurar o seu desempenho econômico no recorte temporal de 2015 a 2019.

A pesquisa descritiva tem como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis. De acordo com Castilho, Borges e Pereira (2017, p. 18) a pesquisa descritiva "promove estudo, análise, registro e interpretação dos fatos do mundo físico, sem a interferência do pesquisador".

Desta forma, este estudo adotou uma abordagem de cunho quantitativo, tendo em vista que serão analisados indicadores por meio dos cálculos dos dados e interpretá-los. Segundo Castilho, Borges e Pereira (2017) a pesquisa quantitativa apresenta a representação de tudo aquilo que possa ser mensurado, ou seja, medido. Essa abordagem significa quantificar dados, opiniões, nas formas de coleta de informações.

3.2 Procedimentos da Coleta e Análise dos Dados

Os dados foram coletados por meio das demonstrações contábeis da Companhia. Os documentos referentes aos anos de 2015 e 2016 foram cedidos pela empresa ao pesquisador e os anos de 2017, 2018 e 2019 foram coletadas por meio da plataforma digital da Companhia¹, a qual divulga anualmente estes dados. As demonstrações financeiras analisadas trazem o respaldo necessário, por meio do Balanço Patrimonial, das movimentações das contas patrimoniais, e da Demonstração do Resultado do Exercício das contas de resultado, no período de 2015 a 2019. Para Marconi e Lakatos (2019) a análise de dados é importante, pois proporciona respostas ao que está sendo investigado.

Os dados que foram utilizados para calcular os índices de liquidez, estrutura e rentabilidade, saíram dos relatórios contábeis-financeiros anuais da Companhia. A partir dos dados coletados, foram aplicadas fórmulas matemáticas de acordo com Martins, Diniz e Miranda (2019) e Ribeiro (2014), abaixo enumeradas, que proporcionaram a análise da capacidade de pagamento das obrigações imediatas e de curto prazo, referente às seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Imediata (LI)} = \frac{\text{Disponível}^2}{\text{Passivo Circulante}} \quad (1)$$

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \quad (2)$$

¹ Disponível em: <http://www.cagepa.pb.gov.br/outras-informacoes/balanco-anual/> Acesso em: 27 abr 2020

² Disponível: Caixa e equivalente de caixa

$$\text{Liquidez Seca}(LC) = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}} \quad (3)$$

Além da capacidade de pagamento imediata e de curto prazo foi analisada a capacidade de pagamento de longo prazo, por meio da fórmula de liquidez geral:

$$\text{Liquidez Geral}(LG) = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} \quad (4)$$

Na interpretação dos resultados dos índices de liquidez quanto maior for este indicador, melhor.

Todavia, foram analisados também índices de endividamento ou estrutura, que por sua vez, são responsáveis por demonstrar as fontes de recursos, confrontando o capital próprio da empresa analisada e seu capital de terceiros. O resultado desse indicador quanto menor, melhor. Sendo assim foram utilizadas as seguintes fórmulas:

$$\text{Participação de Capitais de Terceiros}(PCT) = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad (5)$$

$$\text{Composição do Endividamento}(CE) = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \quad (6)$$

$$\text{Imobilização do Patrimônio Líquido}(IRP) = \frac{\text{Ativo Permanente}^3}{\text{Patrimônio Líquido}} \quad (7)$$

$$\text{Imobilização dos Recursos Não Correntes}(IRNC) = \frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \quad (8)$$

Visando a melhor interpretação dos dados obtidos sobre a rentabilidade dos investimentos da Companhia analisada, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

$$\text{Giro do Ativo}(GA) = \frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}} \quad (9)$$

$$\text{Margem Líquida}(ML) = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \quad (10)$$

$$\text{Rentabilidade do Ativo}(ROA) = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \quad (11)$$

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido}(ROE) = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}^4} \quad (12)$$

Na interpretação dos resultados dos índices de rentabilidade quanto maior for este indicador, melhor.

Os dados foram coletados e processados por meio das fórmulas apresentadas utilizando o software Microsoft® Excel® 2007 (programa integrante do Microsoft Office Professional 2007), com o objetivo de construir gráficos que proporcionem melhor compreensão dos dados obtidos e analisados.

³ Ativo Permanente: Investimento, Imobilizado e Intangível.

⁴ O patrimônio líquido médio é calculado ao somar o patrimônio líquido inicial e o final do período apurado, e dividir o resultado por 2.

4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

Nessa etapa serão apresentadas as análises das demonstrações financeiras através dos indicadores da empresa analisada dos anos de 2015 a 2019. Os dados coletados foram analisados anualmente visando demonstrar as variações ocorridas de acordo com as mudanças patrimoniais e no resultado da Companhia. Apresenta-se em seguida gráficos com dados a partir das fórmulas mencionadas na metodologia.

4.1 Índices de Liquidez

O Índice de Liquidez Imediata segundo Ribeiro (2010) demonstra a capacidade de pagamento da empresa caso as dívidas de curto prazo fossem quitadas imediatamente.

Ao analisar o indicador de Liquidez Imediata constata-se que, de acordo com o Gráfico 01, em 2015, a Companhia apresentou R\$ 0,00 o que equivale a dizer que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo a empresa possui R\$ 0,00 de recursos imediatos. Esse valor aumenta em 2016 e 2017, chegando a R\$ 0,05 e R\$ 0,12 respectivamente, e cai em 2018 e 2019 para R\$ 0,03.

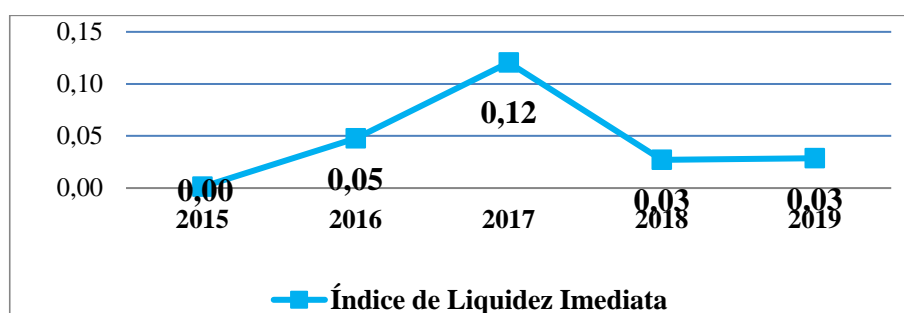


Gráfico 01 - Resultado da Liquidez Imediata

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na Companhia (2020).

Portanto, esses valores não seriam suficientes caso a Companhia decidisse quitar as dívidas no curto prazo com o seu disponível. Segundo Assaf Neto (2012) é comum esse indicador ser baixo, pois as empresas possuem pouco interesse em manter dinheiro em caixa ou aplicações de curto prazo.

O Índice de Liquidez Corrente revela a capacidade da empresa em cumprir os seus compromissos de curto prazo. Iudícibus (2014) afirma que esse quociente relaciona quanto a empresa dispõe de disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, frente a dívidas de curto prazo.

De acordo com o Gráfico 02, verificou que a Companhia em 2015 apresentou R\$ 1,06 de ativo no curto prazo para cada R\$ 1,00 de obrigação também de curto prazo, esse valor baixou em 2016 chegando a R\$ 0,97 e demonstrou um sucessivo crescimento nos anos de 2017, 2018 e 2019 com os resultados nos valores de R\$ 1,88, R\$ 1,94 e R\$ 2,47 respectivamente.

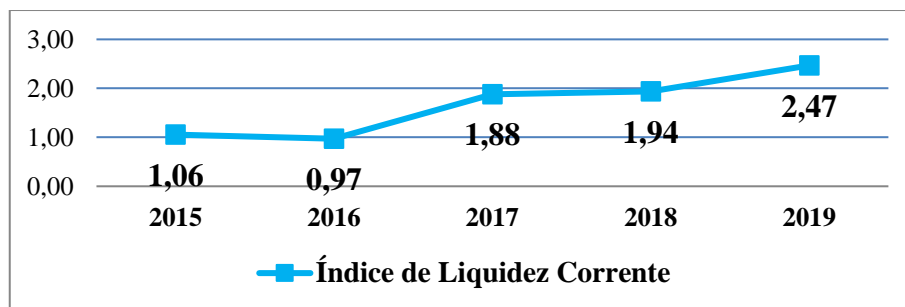


Gráfico 02 - Resultado da Liquidez Corrente

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na Companhia (2020).

Portanto, está demonstrado que a Companhia no período analisado com exceção do ano de 2016, encontrava-se numa situação favorável em relação as suas obrigações de curto prazo. Conseguindo honrar totalmente suas dívidas.

O Índice de Liquidez Seca se diferencia ao da Liquidez Corrente unicamente em relação ao estoque, pois ele é deduzido, ou seja, a empresa não precisaria vender seus estoques para quitar as suas obrigações de curto prazo. Iudícibus (2014) enfatiza que esse indicador é adequado para avaliar de forma conservadora a situação de liquidez da empresa.

De acordo com o Gráfico 03, constatou que em 2015 a Companhia apresentou R\$ 1,03 de ativo circulante líquido para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, em 2016 baixou R\$ 0,95 e aumentou nos anos posteriores, apresentando os seguintes resultados: em 2017: R\$ 1,84, em 2018: R\$ 1,88, e em 2019: R\$ 2,42.

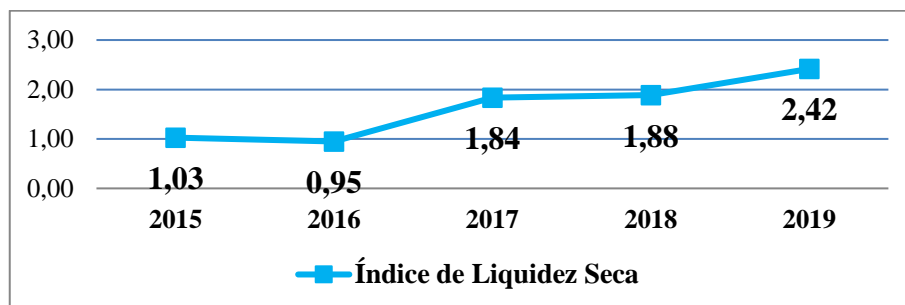


Gráfico 03 - Resultado da Liquidez Seca

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na Companhia (2020).

Portanto, os indicadores demonstraram que no período pesquisado a Companhia apresentou recursos líquidos suficientes para saldar suas dívidas de curto prazo, com exceção do ano de 2016, em que o indicador se mostrou abaixo de R\$ 1,00.

O Índice de Liquidez Geral revela o confronto entre o Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo (recursos monetários, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo), frente ao Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo (dívidas totais), evidenciando se os recursos financeiros aplicados no Ativo Total são suficientes para cobrir as dívidas totais. Segundo Ribeiro (2014) quando esse indicador for igual ou maior que um, pode-se dizer, preliminarmente, que a empresa se encontra com uma estrutura financeira satisfatória.

De acordo com o Gráfico 04, percebeu-se que em 2015 a Companhia apresentou R\$ 0,69 de ativo para cada R\$ 1,00 de dívida, e nos anos subsequentes apresentou aumentos gradativos, em 2016: R\$ 0,75, em 2017: R\$ 0,85, em 2018: R\$ 0,89 e em 2019: R\$ 1,06.

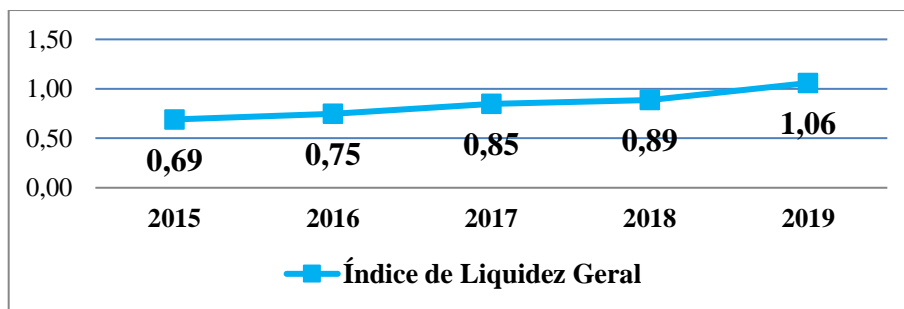


Gráfico 04 - Resultado da Liquidez Geral

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na Companhia (2020).

Portanto, no período pesquisado, a empresa analisada, na maioria dos anos, encontrava-se em situação desfavorável em relação às suas dívidas totais, ou seja, teria dificuldades de quitar seus compromissos assumidos com terceiros, com exceção do ano de 2019, em que apresentou uma situação favorável, portanto, conseguiria honrar suas obrigações totais.

4.2 Índices de Endividamento

O Índice de Participação de Capital de Terceiros revela a proporcionalidade existente entre o Capital de Terceiro frente ao Capital Próprio, ou seja, quanto a empresa utiliza de recursos de terceiros para cada R\$ 1,00 de recursos próprios. Iudcibus (2014) afirma que esse indicador expressa quanto o endividamento representa sobre os recursos totais e quanto do ativo total foi financiado por recursos de terceiros.

De acordo com o Gráfico 05, em 2015 a Companhia apresentou R\$ 0,89 de obrigações com capital de terceiros para cada R\$ 1,00 de capital próprio, esse valor aumentou em 2016 para R\$ 0,93 e diminuiu nos anos seguintes, para R\$ 0,77 em 2017, R\$ 0,62 em 2018 e R\$ 0,50 em 2019.

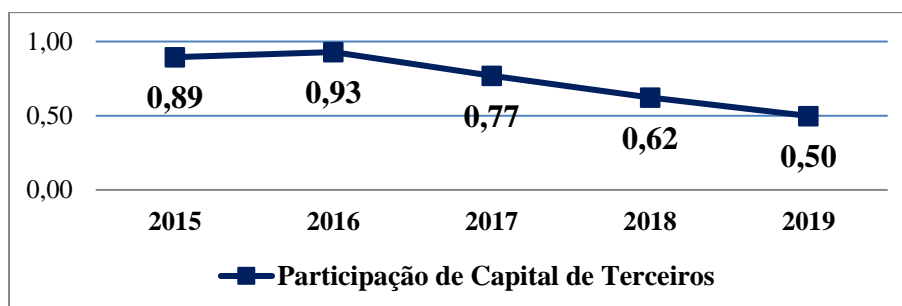


Gráfico 05 - Resultado da Participação de Capital de Terceiros

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na Companhia (2020).

Portanto, está demonstrado que no período analisado, a Companhia vem diminuindo a sua dependência de Capital de Terceiro, utilizando mais o seu Capital Próprio, aumentando assim sua liberdade financeira para a tomada de decisões e uma maior facilidade na obtenção de futuros empréstimos junto a instituições financeiras, pois evidencia garantia disponível para oferecer em troca dos recursos.

O Índice de Composição do Endividamento demonstra quanto a empresa possui de dívida de curto prazo em relação à dívida total, ou seja, quanto a empresa precisará pagar a curto prazo para cada R\$ 1,00 do total de todas as obrigações. Ribeiro (2014) afirma que esse



indicador representa qual a parcela das dívidas totais se vence no curto prazo ou a composição do endividamento total.

De acordo com o Gráfico 06, a Companhia apresentou em 2015 o valor de R\$ 0,61 de dívida de curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total, esse valor aumentou para R\$ 0,71 em 2016, reduziu para R\$ 0,42 em 2017, apresentou um pequeno acréscimo, subindo para R\$ 0,43 em 2018 e caiu para R\$ 0,40 em 2019.

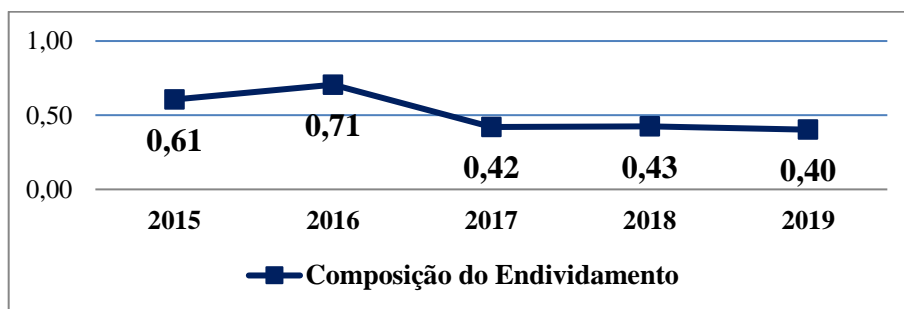


Gráfico 06 - Resultado da Composição do Endividamento

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na Companhia (2020).

Portanto, é visto que no período analisado, a Companhia vem diminuindo a sua dívida de curto prazo, frente a sua dívida total, sendo assim, a empresa não necessita gerar recursos imediatos para quitar seus compromissos, demonstrando uma situação favorável, pois não é tarefa fácil constituir recursos rapidamente. De acordo com Martins, Diniz e Miranda (2019) quando uma empresa possui um nível elevado de obrigações de longo prazo, tem melhor condição na tomada de decisão para geração de recursos, diante dos seus compromissos num momento de crise.

O Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido revela o quanto a empresa investiu no ativo permanente com recursos próprios, isto é, quanto a empresa imobilizou no ativo fixo para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido. Segundo Martins, Diniz e Miranda (2019) este indicador evidencia a parte do capital próprio que está aplicada em ativos de baixa liquidez.

De acordo com o Gráfico 07, a Companhia apresentou em 2015 o valor de R\$ 1,28 de ativo permanente para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido, esse valor diminui nos anos posteriores, em 2016 para R\$ 1,23, em 2017 R\$ 1,12, em 2018 R\$ 1,07 e em 2019 R\$ 0,97.

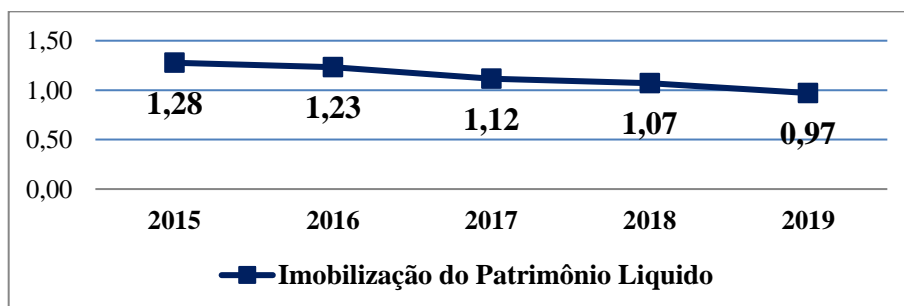


Gráfico 07 - Resultado da Imobilização do Patrimônio Líquido

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na Companhia (2020).

Assim, está demonstrado que a Companhia vem diminuindo a aplicação no ativo permanente em relação ao ativo circulante, aumentando sua capacidade de investimento em



ativos com alta liquidez e diminuindo sua dependência de capital de terceiros para financiar o ativo circulante.

O Índice de Imobilização dos Recursos Não Correntes demonstra a proporcionalidade existente entre o ativo permanente e os recursos não correntes, ou seja, quanto a empresa aplicou no ativo permanente para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido e exigível a longo prazo. Segundo Martins, Diniz e Miranda (2019) esse indicador revela o quanto de recursos de longo prazo foram investidos em ativos com baixa liquidez (imobilizado, investimentos e intangível).

De acordo com o Gráfico 08, a Companhia apresentou em 2015 R\$ 0,94 de ativo permanente e recursos não correntes para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido e exigível a longo prazo, em 2016 subiu para R\$ 0,97, em 2017 caiu para R\$ 0,77, em 2018 teve uma pequena variação aumentando para R\$ 0,79 e em 2019 o valor caiu para R\$ 0,75.

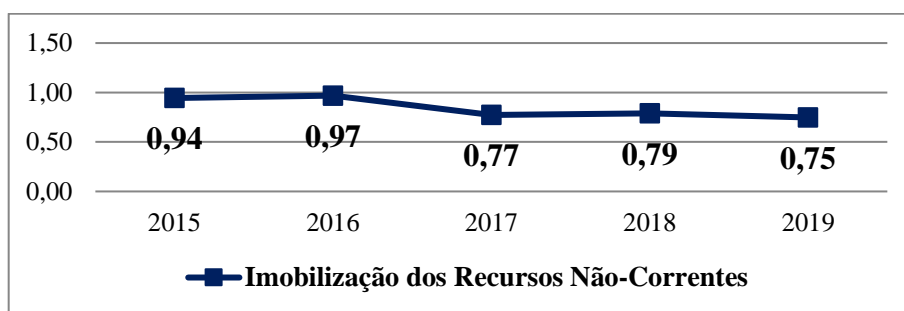


Gráfico - 08 Resultado da Imobilização dos Recursos Não Correntes.

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na Companhia (2020).

Dessa forma, fica evidente que a Companhia está financiando todo seu ativo permanente com recursos de longo prazo, em todos os anos o resultado desse indicador ficou abaixo de um. A Companhia utiliza parte dos seus recursos não correntes para financiar seu ativo circulante, ou seja, recursos de longo prazo financiam investimentos de curto prazo, isso significa Capital Circulante Líquido. Martins, Diniz e Miranda (2019) afirmam que, a parte dos recursos não corrente que é aplicada no ativo circulante é o Capital Circulante Líquido, representando uma folga financeira.

4.3 Índices de Rentabilidade

O Índice do Giro do Ativo revela a proporção entre o volume de vendas da empresa com o seu investimento total, isto é, quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 investido. Martins, Diniz e Miranda (2019) afirmam que a entidade obterá os melhores resultados, quando tiver maior capacidade de girar o seu ativo.

De acordo com o Gráfico 09, a Companhia apresentou um crescimento nesse indicador nos quatros primeiros anos analisados, em 2015 o valor era R\$ 0,49, em 2016 de R\$ 0,55, em 2017 de R\$ 0,57 e 2018 de R\$ 0,61, já em 2019 apresentou uma leve queda em relação ao ano anterior, caindo para R\$ 0,60.

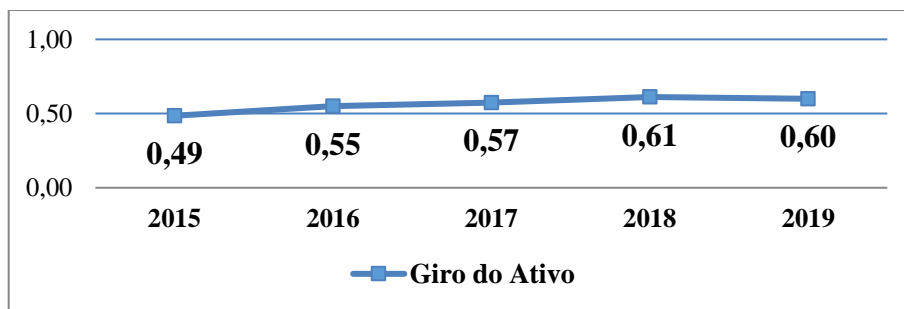


Gráfico 09 - Resultado do Giro do Ativo

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na Companhia (2020).

Portanto está demonstrado que devido aos baixos valores apresentados o ativo da Companhia não girou, isto é, não se transformou em dinheiro no período analisado, isso ocorreu devido ao elevado valor do seu ativo total, causado pelo imobilizado.

O Índice da Margem Líquida demonstra a margem de lucro obtida pela empresa em consequência do seu faturamento, ou seja, quanto a empresa obteve de lucro líquido para cada R\$ 1,00 vendido. Ribeiro (2014) afirma que quanto maior o resultado obtido com esse indicador, maiores são os lucros obtidos pela empresa. Isso significa o percentual das vendas que é convertido em lucro.

De acordo com o Gráfico 10, a Companhia apresentou em 2015 o valor de R\$ -0,05 de margem líquida em função do seu faturamento, subiu em 2016 para R\$ 0,03, continuou uma sequência de aumento em 2017 e 2018 para R\$ 0,07 e R\$ 0,12 e caiu em 2019 para R\$ 0,11.

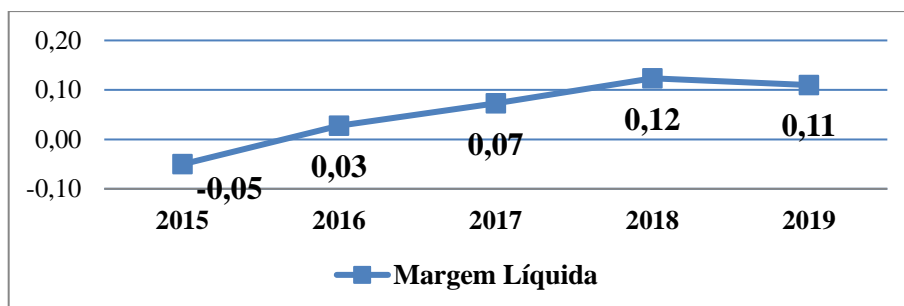


Gráfico 10 - Resultado da Margem Líquida

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na Companhia (2020).

Assim, é visualizado que a Companhia mesmo obtendo uma tendência de crescimento no período analisado, com exceção de 2019 devido ao aumento do custo dos serviços prestados que representou 54% das vendas líquidas, teve a margem líquida relativamente baixa. Outro motivo para essa queda foi que a Companhia não aplicou reajuste tarifário no ano de 2019.

O Índice de Rentabilidade do Ativo evidencia o quanto a empresa gerou de lucro, ou seja, quanto à empresa auferiu de lucro líquido para cada R\$ 1,00 de investimentos totais. Ribeiro (2014) afirma quanto maior for o resultado desse indicador, maior será a lucratividade alcançada pela empresa em função dos investimentos totais.

De acordo com o Gráfico 11, a Companhia apresentou em 2015 o valor de R\$ -0,02 de lucro líquido para cada R\$ 1,00 de investimentos totais, aumentou nos anos de 2016, 2017 e 2018 para R\$ 0,02; R\$ 0,04; R\$ 0,08; respectivamente, e caiu em 2019 para R\$ 0,07.

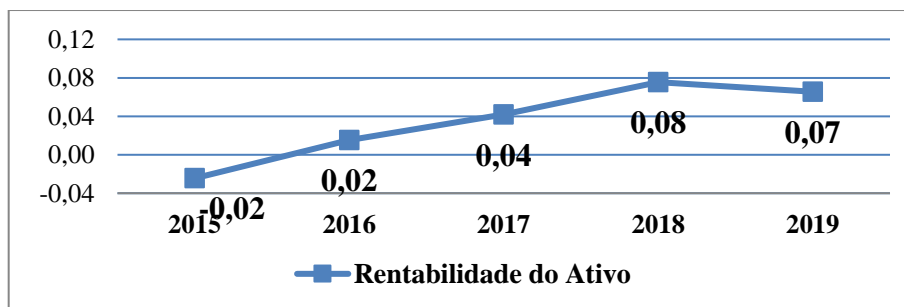


Gráfico 11 - Resultado da Rentabilidade do Ativo

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na Companhia (2020).

Portanto está demonstrado que a Companhia vem aumentando a rentabilidade dos seus ativos, ou seja, os investimentos realizados para o funcionamento da empresa sofreram variações positivas, com exceção de 2019 onde ocorreu uma leve queda.

O Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido revela qual é a taxa de rentabilidade do investimento através de capital próprio na empresa, isto é, quanto à empresa obteve de lucro líquido para cada R\$ 1,00 de investimento com capital próprio. Esse indicador é importante pois expressa os resultados totais auferidos pela gerência na administração de recursos próprios e de terceiros, a favor dos acionistas (IUDÍCIBUS, 2014).

De acordo com o Gráfico 12, a Companhia apresentou em 2015 o valor de R\$ -0,05 de lucro líquido para cada R\$ 1,00 de patrimônio líquido, obteve aumentos sucessivos nos anos de 2016 para R\$ 0,03, 2017 para R\$ 0,08 e 2018 para R\$ 0,14 e caiu em 2019 para R\$ 0,12.

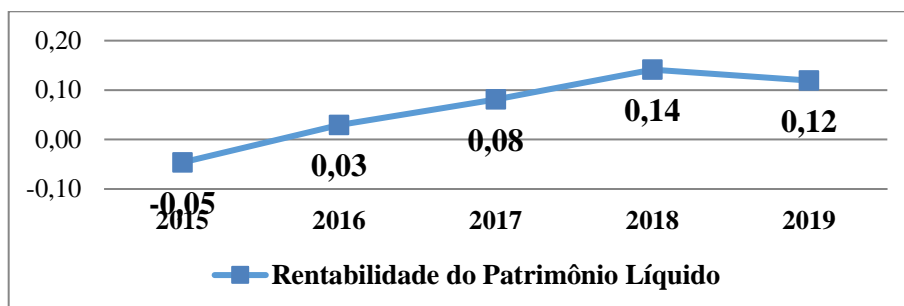


Gráfico 12 Resultado da Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados coletados na Companhia (2020).

Assim, pode-se perceber que a Companhia considerando os investimentos com os recursos próprios aumentou consideravelmente sua rentabilidade ao longo do período analisado saindo de um índice negativo em 2015 de R\$ -0,05 para um índice positivo em 2018 de R\$ 0,14, essa sequência de crescimento foi interrompida no ano de 2019 em que apresentou uma pequena queda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi analisar as demonstrações contábeis da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba através de indicadores de liquidez, de estrutura e de rentabilidade, evidenciando a situação financeira, a estrutura do capital e posição econômica, relativa aos anos de 2015 a 2019.

Ao término da pesquisa e da análise dos dados coletados, do ponto de vista financeiro, de acordo com os índices de liquidez, nota-se que ao longo do período analisado a Companhia vem melhorando sua capacidade de pagamento significativamente, com exceção da liquidez imediata. Sendo assim, de modo geral, conseguiria honrar seus compromissos tanto no curto quanto no longo prazo.

Conforme os índices de estrutura, pode-se concluir que a Companhia diminuiu a dependência de Capital de Terceiros, melhorou seu grau de endividamento, dilatando o perfil de dívida do curto para o longo prazo, aumentou o investimento em ativos com maior liquidez e o ativo permanente foi todo financiado com recursos de longo prazo.

Já no ponto de vista econômico, de acordo com os índices de rentabilidade, a Companhia vem aumentando sua rentabilidade no período analisado, entretanto, no ano de 2019 essa curva de crescimento foi interrompida, pois os custos aumentaram e não houve reajuste tarifário, fatos estes, que influenciaram na queda dos índices de rentabilidade e em relação ao giro do ativo, devido ao alto valor do ativo total, causado principalmente pelo imobilizado, a Companhia não está conseguindo transformar seu ativo em dinheiro.

Assim, percebe-se que estudo desta natureza é de suma importância, pois por meio dos resultados alcançados é possível conhecer a realidade econômico-financeira da Companhia, auxiliando no planejamento e na tomada de decisões dos gestores.

Durante a realização da pesquisa, inicialmente foi feito um recorte temporal de três anos, os quais se tinha acesso aos dados diretamente por meio da plataforma. Porém, o recorte precisou ser maior, sendo então a amostra da pesquisa aumentada para os cinco anos. Como limitação da pesquisa, foi a indisponibilidade das Demonstrações Contábeis anteriores ao período de 2017 na plataforma de Transparência da Companhia, o que conduziu a busca de outra maneira, de forma presencial, contando a disponibilidade da referida empresa em ceder diretamente as informações.

Recomenda-se para futuras pesquisas a análise de outras empresas estaduais do ramo de saneamento básico, comparando com os resultados encontrados, a fim de pesquisar se o comportamento se apresenta de forma análoga, para que se possa conhecer mais o segmento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago dos Santos. **Análise do desempenho econômico-financeiro: um estudo de caso da companhia de água e esgoto do Ceará**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

BARROS, Carlos Augusto Lins de; MACEDO, Cleomar Teles. Análise das demonstrações financeiras da saneamento de Goiás S.A (SANEAGO) EM 2016, 2017 E 2018. **QUALIA: a ciência em movimento**, v. 4, n. 2, p. 55-74, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Diagnóstico do SNIS 2018** (2019). Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnosticos>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016**. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-018/2016/lei/113303.htm. Acesso em: 15 mar. 2020.

CASTILHO, Auriluce Pereira; BORGES, Nara Rúbia Martins; PEREIRA, Vânia Tanús. **Manual de metodologia científica do ILES/ULBRA Itumbiara-GO**. 3.ed. Itumbiara: ILES/ULBRA, 2017.

CONTERATO, Eliane et al. **Saneamento**. – Porto Alegre: SAGAH, 2018.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. Disponível em: <www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos> Acesso em: 03 mar. 2020.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 26 (R1) -Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos> Acesso em: 23 mar. 2020.

HIGGINS, Robert C. **Análise para administração financeira**. 10. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2014.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **O que é Saneamento?** Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/o-que-e-saneamento>. Acesso em: 15 mar. 2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. - 10. ed, - 6.reimp. - São Paulo: Atlas, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. – 8. ed. - [3. reimpr.]. – São Paulo : Atlas, 2019.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis** . – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, José Miranda. **Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica**. – São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, José Miranda. **Análise didática das demonstrações contábeis**. – 2. ed. [2. reimpr.] – São Paulo : Atlas, 2019.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. - 7. ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**. - 3. ed. rev. e ampl. -- São Paulo : Cengage Learning, 2010.

PARAÍBA. Governo da Paraíba. **Lei nº 3.702, de 11 de dezembro de 1972**. Autoriza o Poder Executivo a destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado da Paraíba - FAE-PB e dá outras providências. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/3166_texto_integral. Acesso em: 15 mar. 2020.

PARAÍBA. Governo da Paraíba. **Lei nº 3.459, de 31 de dezembro de 1966**. Institui o FUNDO ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (FEAG), cria a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA (CAGEPA) e dá outras providências. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/2915_texto_integral. Acesso em: 15 mar. 2020.

PEREIRA, José Matias. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. - [3. Rempr.]. - São Paulo: Atlas, 2019.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanço fácil** - 11. ed. - São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

SILVA, Heleno Ribeiro da. **Análise econômico-financeira da Concessionária Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Rio Grande do Norte-CAERN**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2019.

VINHATTI, Jessica Campos. **Análise das demonstrações contábeis no setor de saneamento básico em empresas de economia mista da Região Sul do Brasil**. 2016.